



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)
 PERGUNTA Número 349 /XII (/ .ª)

Expeça-se

Publique-se

5/8/2011

O-Secretário da Mesa

Roberto Almeida

Assunto: Situação dos Docentes de Português, nas escolas comunitárias, nos EUA e Canadá

Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Ex.ª Sra. Presidente da Assembleia da República

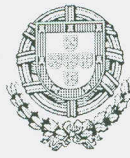
O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata teve conhecimento de que os professores vinculados a Portugal, que leccionam a Língua Portuguesa, nos EUA e no Canadá, viram, ainda recentemente, as suas licenças sem vencimento, que expiram no próxima dia 31 de Agosto, indeferidas pela Direcção Geral dos Recursos Humanos e da Educação (DGRHE). Com essa decisão estes professores (8 nos EUA e 14 no Canadá) terão de regressar a Portugal de forma a assumirem os seus lugares nas escolas portuguesas ou pedirem uma licença de longa duração que implicará o fim dos seus direitos, nomeadamente a perda do seu lugar na escola e o vínculo à função pública.

Ao mesmo tempo estes professores por leccionarem na rede do Ensino do Português no Estrangeiro, estão na tutela do Instituto Camões (ICA) na dependência, portanto, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ora, acontece que para o ICA, esses docentes, por estarem requisitados pelas escolas comunitárias nos EUA e Canadá, que lhes pagam o salário, consideram que, devido ao facto de a rede dos EUA e Canada não ser por si organizada nem sujeita a qualquer concurso da sua responsabilidade, continuam a ser tutelados pelo Ministério da Educação.

A Associação de Professores de Português nos EUA e Canadá e as Comunidades Portuguesas residentes nesses países têm pedido uma integração deste grupo de docentes na rede do ICA permitindo-lhes, dessa forma, a passagem a comissão de serviço, renovável anualmente, tal como acontece, segundo esta Associação, com os seus colegas na Europa, África e Timor-Leste que também ensinam o português.

Assim e de acordo com as normas regimentais vimos através da Sra. Presidente da Assembleia da República pedir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros as seguintes informações:

1. Está o Ministério dos Negócios Estrangeiros a par desta situação?
2. Está o Ministério dos Negócios Estrangeiros a ponderar tomar alguma medida que permita resolver este problema das licenças sem vencimento destes docentes?
3. Está o Ministério dos Negócios Estrangeiros a coordenar com o Ministério da Educação uma eventual solução para o problema da tutela destes docentes?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 5 de Agosto de 2011.



A Deputada:

Maria João Ávila